

Afirmação da universidade passa pela sua avaliação

M.A. Teixeira — 13/07/89

Eliane Bardanachvili

A produtividade da universidade brasileira voltou às rodas de discussões, após as cobranças do ministro da Educação Carlos Chiarelli de cortes nas despesas e aumento de vagas. Apesar do recente acordo que destinou Cr\$ 7,5 bilhões às universidades federais, a paz entre reitores e governo ainda está longe. A prova dos nove para se verificar quem está mais próximo da razão — nesse confronto entre exigência de economia e pedidos de mais verbas — só poderia ser tirada avaliando-se a instituição.

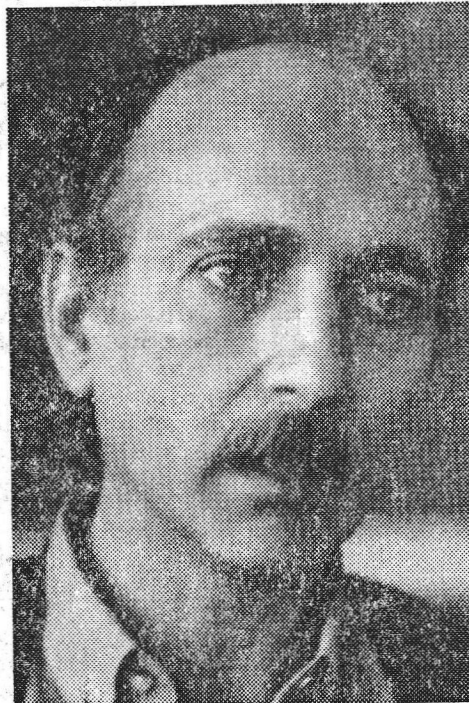
A tarefa, nada fácil de ser realizada, por envolver múltiplos critérios, está em vias de ser exigida legalmente, se aprovado o substitutivo da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação. O texto já foi aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, no dia 28 de junho, e aguarda votação no Plenário. A prática de uma avaliação sistemática e rotineira, no entanto, ainda é uma novidade no país.

Ao contrário do que acontece com os cursos de pós-graduação, há 14 anos avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os cursos de graduação, salvo em experiências isoladas, ainda não passam pelo crivo de comissões externas, ou mesmo dos próprios professores e alunos, quando esta prática torna-se cada vez mais necessária. "A universidade pública tem sido alvo de críticas. Avaliá-la é uma defesa", diz a professora Isaura Belloni, da Universidade de Brasília, que há três anos trabalha numa proposta de análise da UnB.

Pelo Artigo 69 do novo texto da LDB, as universidades devem sofrer avaliação de comissões autônomas de especialistas e obedecer a requisitos como o mínimo de um terço do corpo docente com título de mestrado ou doutorado, em regime de dedicação exclusiva. "Essas avaliações serão feitas por comissões autônomas, e não por um aparato burocrático do MEC", lembra o relator, deputado Jorge Hage (PSDB-BA).

Para cumprir a lei, a multiplicidade de critérios é condição imprescindível. Quando se trata de avaliar cerca de 90 universidades, entre públicas e privadas, em todo o país, cada uma delas contendo entre 20 e 40 cursos, é preciso atenção, para não se escolher o caminho fácil dos aspectos quantitativos. O número de alunos por professor e de artigos publicados por um docente não oferecem retrato fiel da instituição.

Prova disso é a avaliação de professores proposta pela reitoria da Universidade de São Paulo (USP), em 1988, levando em conta apenas a quantidade de suas publicações entre 1986 e 1987. Dos 4.400 professores, 1.108 foram classificados como improdutivos, por não terem publicado nada no



Cunha: mercado não é critério

Evandro Teixeira — 24/5/87



Padre dribla recusas na PUC

período. Entre outros equívocos da avaliação, foram incluídos na lista negra professores que se encontravam fora do país fazendo doutorado. O episódio provocou duras reações, durante dois meses.

É preciso usar vários tipos de indicadores. "Como se avalia a produtividade de um professor de música?", pergunta a professora Isaura Belloni. "Se formos contar quantos livros ou artigos ele escreveu, certamente não chegaremos a um bom resultado. Da mesma maneira, alguém que trabalhe com física costuma escrever muito mais do que alguém de medicina e, claro, um não é pior do que o outro por isso", completa.

Usar um "metro único" para medir cursos que têm objetivos diversos é enveredar por caminho errado. "Não se podem guiar os cursos pelo que pede o mercado, por exemplo, porque há conhecimentos que o mercado não exige no momento mas que podem ser necessários depois", explica o professor Luis Antônio Cunha, professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF). "Um curso de Matemática tem que preparar o aluno tanto para ser professor quanto para ser consultor de empresa ou pesquisador. Isso mostra como avaliar é difícil", exemplifica.

O velho critério de se medir a produtividade pela relação professor/aluno também é equivocados. "Isso é cotejar receita e despesa, apenas. É exatamente o que as universidades privadas precisam fazer, porque se propõem a lucrar", esclarece Cunha. A quantidade é uma regra, desde início da década de 80. Cunha lembra que começou-se a pensar em avaliar as instituições, nesta época, quando o setor privado, disputando as verbas públicas, queria medir produtividade pelo número de alunos, para se concluir que as universidades públicas eram improdutivas, formando menos gente. "As instituições privadas simplesmente enchem as turmas, o que não significa que sejam melhores", diz. "A segunda vez em que o tema veio à tona foi no início do governo Collor, defensor da ideologia neo-liberal do corte de despesas a qualquer preço".

Fazer com que a avaliação seja assimilada como hábito saudável e não como inspeção que gera punições é outra barreira a ser vencida. Na PUC-RJ, os professores estão resistindo. "Algumas unidades não querem a análise de comissões externas, alegando que são competentes e que isso fere a autonomia", conta o vice-reitor de graduação, padre Antônio Amaral. Ele diz que a PUC está na fase do "convencimento" e, inicialmente, não pretende divulgar para toda a universidade os resultados encontrados, para não causar constrangimento. "Começaremos a divulgar só para as unidades avaliadas, até que se compreenda que isso é para o bem".